



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

### PROJETO DE LEI Nº 552, DE 2025

Incluir agravante específica nos casos de induzimento ao suicídio decorrente de relação tóxica ou estelionato sentimental. (Lei Joyce Araújo)

**Autora:** Deputada SOCORRO NERI

**Relatora:** Deputada CÉLIA XAKRIABÁ

## I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 552, de 2025, de autoria da Deputada Socorro Neri, o qual busca “Incluir agravante específica nos casos de induzimento ao suicídio decorrente de relação tóxica ou estelionato sentimental. (Lei Joyce Araújo)”.

A proposição altera o art. 122 do Código Penal para incluir o § 8º, estabelecendo aumento de pena nos casos de induzimento ao suicídio. Pelo texto, a pena será agravada quando o crime ocorrer: (I) em contexto de relação tóxica, caracterizada por violência psicológica ou moral, dominação sistemática, manipulação emocional ou controle abusivo que coloque a vítima em extrema vulnerabilidade; (II) mediante estelionato sentimental, definido como indução deliberada da vítima a erro essencial sobre a natureza, motivação ou intenções da relação afetiva, com o objetivo de obter vantagem financeira, emocional, sexual ou de outra natureza, resultando em grave sofrimento psicológico. Além disso, a pena será quadruplicada se a vítima for mulher nas situações previstas nos incisos I e II.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

O projeto destaca-se pela relevância diante do aumento alarmante de casos de suicídio, especialmente entre mulheres, ao propor o agravamento das penas para quem induz ao suicídio em contextos de relações tóxicas ou de estelionato sentimental – situações marcadas por violência psicológica, manipulação emocional e exploração afetiva que colocam a vítima em extrema vulnerabilidade. Ao reconhecer a gravidade dessas práticas e puni-las de forma mais rigorosa, a iniciativa busca fortalecer a proteção à saúde mental, desencorajar agressores e promover maior conscientização social, homenageando a memória de Joyce Araújo, cuja trágica morte ilustra a urgência de mecanismos legais capazes de prevenir que outras pessoas enfrentem abusos semelhantes.

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário (RICD, art. 24, I) e ao regime de tramitação ordinário (RICD, Art. 151, III, RICD), a matéria também foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

O projeto não possui apensos.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão, no que concerne aos direitos da mulher, pronunciar-se sobre o *mérito* da proposição, nos termos do inciso XXIV do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No nosso entendimento, o projeto de lei Deputada Socorro Neri é meritório, possui relevante alcance social e deve ser aprovado por esta Comissão.

A iniciativa reconhece que a violência psicológica, a manipulação emocional e o chamado “estelionato sentimental” têm consequências graves, inclusive risco à vida. E isso, pode ser apreendido em dados. Em 2023, o país





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

registrou mais de 186 mil casos de lesões autoprovocadas. É o equivalente a 30 internações por dia, segundo um levantamento da Associação Brasileira de Medicina de Emergência com base em dados do SUS. As mulheres foram maioria: quase sete em cada dez registros envolviam elas.<sup>1</sup>

Esse padrão se verifica também em nível estadual. Estudo publicado na *Revista Médica de Minas Gerais*<sup>2</sup> identificou, entre 2012 e 2018, mais de 212 mil notificações de violência contra mulheres no estado, predominando a violência doméstica praticada por parceiros íntimos. No mesmo intervalo, registraram-se 2.448 mortes por suicídio e 40.976 casos de lesões autoprovocadas entre mulheres acima de 10 anos. A análise estatística realizada pelas autoras demonstra correlação positiva forte entre violência doméstica e comportamento autolesivo ( $r = 0,827$ ;  $p = 0,01$ ), sustentando a evidência de que a violência vivenciada no lar constitui fator associado a tentativas de suicídio e risco aumentado de desfechos fatais.

Nesse contexto, a agravante proposta ao conferir maior reprovabilidade penal quando a vítima for mulher visibiliza juridicamente o que os dados revelam: que as desigualdades estruturais produzem padrões reiterados de vitimização feminina no âmbito das relações afetivas. A medida reconhece que mulheres estão desproporcionalmente sujeitas a dinâmicas de manipulação emocional e violência psicológica, reforçando a necessidade de respostas penais diferenciadas que levem em consideração a vulnerabilidade específica gerada por condicionantes histórico-sociais.

Assim, a proposição legislativa alinha-se às diretrizes nacionais de prevenção à violência de gênero, às obrigações internacionais assumidas pelo

<sup>1</sup> Centofanti, Marcella. "Por que as mulheres lideram as estatísticas de tentativa de suicídio?" *Agência Patrícia Galvão*, 10 de setembro de 2025. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/por-que-as-mulheres-lideram-as-estatisticas-de-tentativa-de-suicidio/>

<sup>2</sup> SANTOS, Nikole Gabrielle Oliveira Simões; SENRA, Bruna Maria Pereira; ROCHA, Rafael Ramos da; CAMPOS, Paloma Núñez; LORENZOTTI, Camila de Paula; VIDAL, Carlos Eduardo Leal. *Violência contra a Mulher e Comportamento Suicida / Violence against Women and Suicidal Behavior*. Revista Médica de Minas Gerais, v. 31 (Supl. 5), 2021. DOI: 10.5935/2238-3182.v31supl.5.02. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/3805>





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Brasil e às evidências científicas que demonstram o nexo entre violência psicológica, trauma relacional e risco de lesões autoprovocadas. Trata-se, portanto, de avanço normativo necessário e tecnicamente fundamentado.

O voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 552, de 2025.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada CÉLIA XAKRIABÁ  
Relatora

Apresentação: 08/12/2025 09:15:54.933 - CMULHER  
PRL 1 CMULHER => PL 552/2025

PRL n.1

